



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
MATO GROSSO DO SUL



Escola do Legislativo

Senador Ramez Tebet
Mato Grosso do Sul

MÓDULO IV

CONTEÚDO

- 1. Pregão (final)**
- 2. ME/EPP**
- 3. Revogação/Anulação**
- 4. Licitação Deserta ou Fracassada**
- 5. Licitação de Obras**

TERMO DE REFERÊNCIA

- [LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002.](#)
- Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:
 - I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

TERMO DE REFERÊNCIA

- II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;
- III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e

Decreto 3.555, de 08.08.2000

Art. 8º A fase preparatória do pregão observará as seguintes regras:

I - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, (...), devendo estar refletida no termo de referência;

II - o termo de referência é o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução do contrato;

Decreto 3.555, de 08.08.2000

III - a autoridade competente ou, por delegação de competência, o ordenador de despesa ou, ainda, o agente encarregado da compra no âmbito da Administração, deverá:

a) definir o objeto do certame e o seu valor estimado em planilhas, de forma clara, concisa e objetiva, de acordo com termo de referência elaborado pelo requisitante, em conjunto com a área de compras, obedecidas as especificações praticadas no mercado;

TERMO DE REFERÊNCIA

Itens Obrigatórios

- indicação do **objeto** de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização (art. 9º, I)
- valor estimado em planilhas de acordo com o **preço de mercado**;
- **cronograma físico-financeiro**, se for o caso;
- **critério de aceitação do objeto**;
- **deveres** do contratado e do contratante;
- procedimentos de **fiscalização** e gerenciamento do contrato;
- **prazo de execução**;
- **sanções**.

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto

- SÚMULA/TCU Nº 177
- A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão.

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto

- SÚMULA/TCU Nº 247
- É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispendo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.



DÚVIDAS
FREQUENTES:

1) Quem elabora o TR ?
Setor requisitante.

2) Quem ratifica o TR ?
Autoridade competente, o
Ordenador de Despesas da
entidade.

PUBLICIDADE

- Lei nº 10.520/2002 Art. 4º ...
- I - a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação **de aviso em diário oficial do respectivo ente federado** ou, não existindo, em jornal de circulação local, e facultativamente, por meios eletrônicos e conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação, nos termos do regulamento de que trata o art. 2º;
- II - do aviso constarão a **definição do objeto da licitação, a indicação do local, dias e horários** em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital;
- IV - cópias do edital e do respectivo aviso serão colocadas à disposição de **qualquer pessoa para consulta** e divulgadas na forma da Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998; *(página na internet)*
- V - o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, **não será inferior a 8 (oito) dias úteis;**

Esclarecimentos

- Os fornecedores e **qualquer** cidadão poderão apresentar pedidos de esclarecimentos visando sanar dúvida referente ao edital e à licitação. Para isso, serão concedidos os prazos a seguir descritos de acordo com a forma de realização da licitação, eletrônico (até três dias úteis) e presencial (até dois dias úteis), devendo o pregoeiro responder em 24 horas.

Impugnações

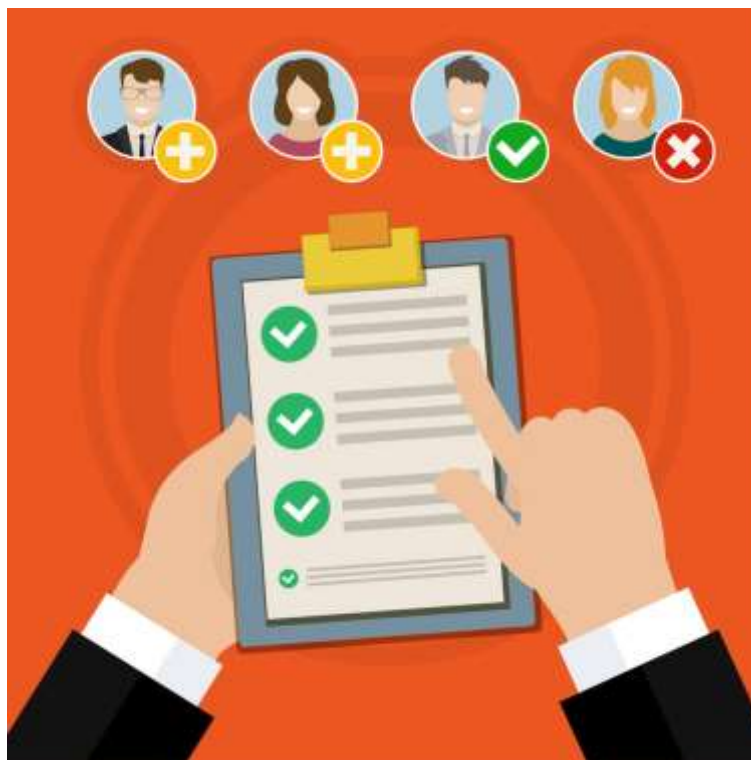
A impugnação visa servir de instrumento hábil para o fornecedor ou qualquer pessoa demonstrar sua irresignação com determinada disposição prevista no instrumento convocatório, possuindo para isso o prazo de dois dias úteis, tanto para o pregão presencial quanto para o eletrônico, com o prazo de 24 horas para resposta do pregoeiro.

Troca de pregoeiro

Caso haja necessidade, poderá haver a troca do pregoeiro devido à ausência do pregoeiro anteriormente designado para condução do certame, podendo a referida troca ocorrer em qualquer momento da licitação, desde que justificado.

CREDENCIAMENTO

Com exceção da sociedade, todos os atores responsáveis por processos no pregão devem ser devidamente credenciados.



Lances no Pregão Presencial

Quando a modalidade é presencial, comumente os lances são efetuados de um em um item, visando melhor organização do procedimento e com isso são abertos um item de cada vez para aqueles licitante que o disputam.

NEGOCIAÇÃO



Após o encerramento da etapa de lances, o pregoeiro deverá negociar com o licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital

JURISPRUDÊNCIA

Acórdão 694/2014-Plenário

No pregão, constitui poder-dever da administração a tentativa de negociação para reduzir o preço final, conforme previsto no art. 24, § 8º, do Decreto nº 5.450/05, tendo em vista a maximização do interesse público em obter-se a proposta mais vantajosa.

Orientações básicas negociação

1. Acompanhe a fase de lances e incentive os participantes a apresentarem um bom preço;
2. Seu referencial é o preço estimado, procure alcançar esse valor e, se possível, feche com um valor coerentemente menor;
3. Sempre proponha na negociação um preço menor da sua meta mentalizada para o item porque a empresa participante poderá apresentar uma contraproposta superior ao valor que você propôs;
4. Alguns argumentos relevantes que você pode utilizar para sensibilizar a empresa são, quando for o caso: - quantitativos expressivos e - expectativa real de aquisição imediata;
5. Se o valor do item já está igual ou abaixo do valor estimado apresente proposta ajustando dízimas ou arredondando esse valor;
6. Horário do almoço e final de expediente são momentos em que geralmente as negociações não são tão produtivas. Se isso ocorrer, o melhor a fazer é suspender o pregão e retomar essa negociação em tempo posterior;

Orientações básicas negociação

7. Jamais informe um valor estimado não verdadeiro ao participante, se este perguntar, informe o valor correto;
8. Se o valor já estiver abaixo do valor de referência, não utilize tons ameaçadores com o participante para que ele abaixe ainda mais o valor e, nunca o ameace com a desclassificação da proposta, nessa situação;
9. Se o participante não quiser negociar, apesar de toda a sua insistência, mantenha-se respeitoso. Caso o preço já tenha chegado ao valor estimado, termine as tratativas, caso não, informe da sua impossibilidade de aceitar a proposta nessas condições. Se mesmo assim, o participante for inflexível, você Pregoeiro terá que desclassificar a proposta; e
10. Por fim, uma boa prática é ao final da negociação alguns Pregoeiros utilizam o seguinte hábito de escrever no chat, a fim de reforçar o princípio da publicidade: “Conforme vossa manifestação, valor aceito em R\$......”.

Intenção de recurso

- Manifestação do fornecedor que deseja recorrer.
 - Prazo imediato (Pregão eletrônico min. 20min)
 - Em sede de pregão eletrônico ou presencial, o juízo de admissibilidade das intenções de recurso deve avaliar tão somente a presença dos pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação), constituindo afronta à jurisprudência do TCU a denegação fundada em exame prévio de questão relacionada ao mérito do recurso.
- Acórdão nº 274/2015-Plenário**

RECURSO

3 (três) dias para
apresentação das razões do
recurso, ficando os demais
licitantes desde logo
intimados para apresentar
contrarrazões em igual
número de dias.

HABILITAÇÃO

REGRAS IGUAIS
AS MODALIDADE
DA LEI
Nº 8.666/93

TRATAMENTO DIFERENCIADO ME/EPP

Art.44 e45 LC123/06 = preferência em caso de empate;

Encerrada a FASE DE LANCES, ANTES DA NEGOCIAÇÃO – EMPATE FICTO;

(proposta ME/EPP = ou até 5% da proposta maior que a melhor classificada)

ME/EPP será convocada para exercer o direito de preferência à contratação no prazo de 5 minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

EXEMPLO

Ao final da fase de lances, uma empresa tem a melhor proposta no valor de R\$10.000,00.

A classificação ficou:

2ª) R\$10.250,00 = Me/Epp;

3ª) R\$10.300,00 = Não Me/Epp;

4ª) R\$10.400,00 = Me/Epp.

Temos aqui um empate ficto, dentro do previsto pela LC123/06, dentro de 5% acima da melhor proposta.

PROCEDIMENTOS:



Convocada a 2ª colocada para o desempate, a empresa se recusa a desempatar.

A 3ª colocada não é uma empresa do tipo ME/EPP.

A empresa 4ª colocada está enquadrada como ME/EPP.

Está será convocada para o desempate, já que ela não está em 2º lugar?

PROCEDIMENTOS:



Podemos realizar o desempate com todas as ME/EPP participantes do certame, que estiverem dentro do limite de 5% em relação a melhor proposta.

A convocação será realizada, respeitando a ordem de classificação, considerando para tanto, as empresas do tipo ME/EPP.

O desempate só ocorre, se a ME/EPP convocada, ofertar uma nova proposta, que possa cobrir a melhor proposta geral, ou seja, abaixo de R\$10.000,00.



A simples participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, amparada por **declaração com conteúdo falso**, configura **fraude à licitação** e enseja a aplicação das penalidades da lei. Não é necessário, para a configuração do ilícito, que a autora obtenha a vantagem esperada.

ORIENTAÇÃO NORMATIVA AGUNº 07/2009 -

TRATAMENTO FAVORECIDO DE QUE TRATAM OS ARTS. 43 A 45 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2006, DEVERÁ SER CONCEDIDO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE INDEPENDENTEMENTE DE PREVISÃO EDITALÍCIA.

RECURSOS ADMINISTRATIVOS



RECURSOS ADMINISTRATIVOS



- no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de rescisão unilateral do contrato, aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;
- representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;
- pedido de reconsideração, de decisão de Ministro de Estado, ou Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, na hipótese de declaração de inidoneidade, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.
- O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.
- Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.
- Em se tratando de licitações efetuadas na modalidade de "carta convite" os prazos estabelecidos nos incisos I e II e no parágrafo 3º deste artigo serão de dois dias úteis.



Em sede de pregão, o juízo de admissibilidade das intenções de recurso deve avaliar tão somente a presença dos pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação), constituindo afronta à jurisprudência do TCU a denegação fundada em exame prévio de questão relacionada ao mérito do recurso.

Acórdão 1728/2014 Plenário

Responsabilidade. Licitação. Homologação. Constitui falta grave a supressão ou o descumprimento do prazo legal para o exercício pelos licitantes do direito a recorrer, o qual, necessariamente, só pode ser exercido antes de homologada a licitação e adjudicado seu objeto.

A caracterização de fraude à licitação não está associada ao seu resultado, ou seja, ao sucesso da empreitada.

Configura, em analogia ao direito penal, ilícito de mera conduta, sendo suficiente a demonstração de o fraudador ter praticado simulação para conferir vantagem para si ou para outrem.

IMPEDIMENTOS PARA CONTRATAR:

- Autor do projeto (Art. 9, I, LGL)
- Empresa responsável pela elaboração do projeto (Art. 9, II, LGL)
- Servidor ou Dirigente (Art. 9, III, LGL)
- Impedido de contratar (Art. 87, III, LGL e Art. 6º, XII, LGL)
- Declarado inidôneo (Art. 87, IV, LGL e Art. 6º, XI, LGL)
- Cônjuge ou Parente de Servidor ou Dirigente Vereador

REVOGAÇÃO/ANULAÇÃO

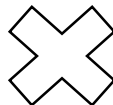
Revogação: por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado. Revoga-se o que é legal, porém inoportuno e inconveniente. (Ex: corte no orçamento).

Anulação: por ilegalidade ou por provocação de terceiros, a Administração poderá anular a licitação em qualquer de suas fases, desde que devidamente justificada.

DESERTA



A licitação é convocada e não aparecem interessados.



FRACASSADA



Ocorre quando aparecem interessados, mas nenhum é selecionado em decorrência de inabilitação ou de desclassificação das propostas

LICITAÇÃO PARA OBRAS

ORIENTAÇÕES E JURISPRUDÊNCIA DO TCU



No caso de execução de obras e prestação de serviços, as licitações somente poderão ser realizadas quando:

- a) houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;
- b) existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários;
- c) houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma de desembolso;
- d) a obra ou o serviço estiver incluído nas metas estabelecidas no PPA, se for o caso.

**Não poderão
ser incluídos
no objeto da
licitação**



- a) Obtenção de recursos financeiros para execução de obras e serviços, qualquer que seja a origem, exceto nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão, nos termos da legislação específica;
- b) compra de materiais e contratação de serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo.

EXECUÇÃO DE OBRAS E DE SERVIÇOS DEVEM SER REALIZADAS SOB AS SEGUINTE FORMAS:

DIRETA

quando a Administração utiliza meios próprios; e

INDIRETA

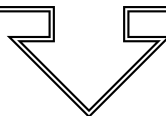
quando a Administração contrata com terceiros a execução de obras ou a prestação de serviços.

EXECUÇÃO INDIRETA

A CONTRATAÇÃO É FEITA SOB
OS SEGUINTE REGIMES:

- a) empreitada por preço global;
- b) empreitada por preço unitário;
- c) tarefa;
- d) empreitada integral.

EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

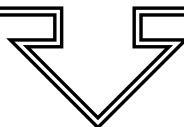


Utilizada quando se contrata execução de obra ou prestação de serviço por preço certo para a totalidade do objeto. Verifica-se geralmente nos casos de empreendimentos comuns.

Exemplo: construção de escolas e pavimentação de vias públicas, nas quais os quantitativos de materiais empregados são pouco sujeitos a alterações durante a execução do contrato, pois podem ser mais bem identificados na época de elaboração do projeto.

Na hipótese de empreitada por preço global, o pagamento deve ser efetuado após a conclusão das parcelas, etapas ou serviços definidos no respectivo cronograma físico-financeiro. Exemplo: terraplenagem, fundações estrutura, concretagem de laje, cobertura, revestimento, pintura.

EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

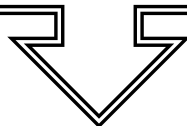


O pagamento deve ser realizado por unidades feitas.

Exemplo: metragem executada de fundações, de paredes levantadas, de colocação de piso, de pintura, de colocação de gesso.

Deve ser empregada quando determinados itens representativos de obras e serviços licitados não puderem ser apurados com exatidão na fase do projeto, em função da natureza do objeto, a exemplo de obras de terraplenagem.

EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL OU UNITÁRIO



Independentemente do regime adotado, empreitada por preço global ou unitário, é importante que a Administração estabeleça, o mais exato possível, as quantidades dos itens licitados, a fim de evitar distorções no fornecimento de bens, na execução de obras ou na prestação de serviços. Essas distorções podem culminar com acréscimos quantitativos além dos limites legais e levar ao denominado “jogo de planilha”.

TAREFA

Utilizada quando se contrata mão-de-obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais.

EMPREITADA INTEGRAL

Usada quando se contrata, por exemplo, empreendimento na integralidade, com todas as etapas da obra, serviço e instalações correspondentes.

Nesse regime, o contratado assume inteira responsabilidade pela execução do objeto até entrega à Administração contratante para uso. Para isso, devem ser atendidos todos os requisitos técnicos e legais para utilização, em condições de segurança estrutural e operacional, com todas as características adequadas às finalidades da contratação.

Tabela 4 – Distribuição do número de obras paralisadas por motivo e tipo de obra

	Abandono pela empresa	Ambiental	Judicial	Orçamentário /financeiro	Órgãos de controle	Técnico	Titularidade/ desapropriação	Outros
Aeroporto	1	0	0	4	0	0	0	11
Ferrovia	0	0	0	2	0	1	2	0
Hidrovia	1	0	0	0	0	4	0	0
Mobilidade urbana	2	0	0	2	1	1	0	2
Porto	0	0	2	1	1	2	0	0
Rodovias	1	1	0	14	1	11	2	0
Saneamento	44	6	15	23	9	248	5	97
Total Infraestrutura	49	7	17	46	12	267	9	110
Creches, pré-escolas e quadras esportivas nas escolas	740	11	0	5	55	551	0	0
UBS e UPAs	51	0	3	38	8	2	1	53
Outros	131	8	14	119	33	411	15	30
Total	971	26	34	208	108	1.231	25	193

Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2017.

REGISTRO DE PREÇOS



REGISTRO DE PREÇOS



CONCEITO:

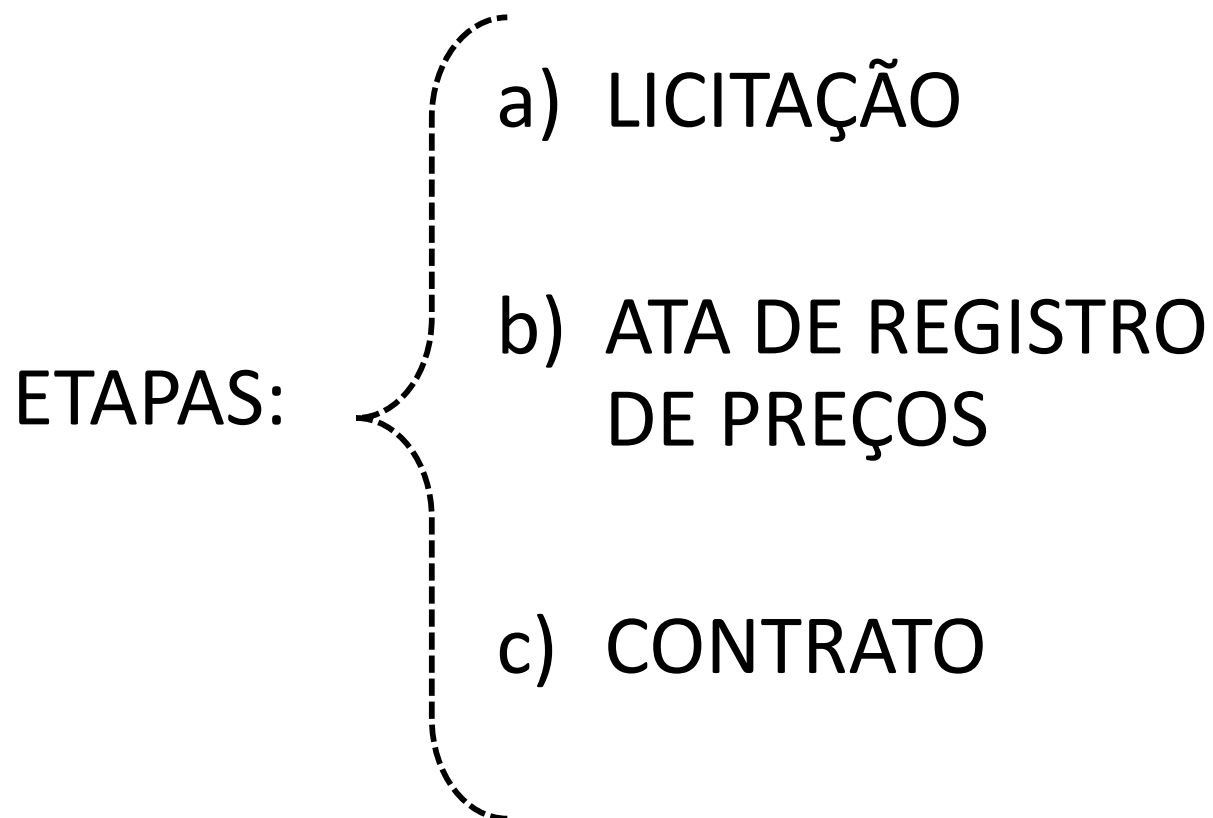
Sistema de Registro de Preços é o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- Inciso II, art. 15 Lei 8.666/93 – compras “sempre que possível” por Registro de Preços;
- § 3º, art. 15 – o RP deve ser regulamentado por Decreto;
- Decreto Federal nº 7.892/2013, alterado pelo Decreto nº 9.488/2018.

HIPÓTESES DE CABIMENTO:

- a) COMPRAS
- b) SERVIÇOS
- c) OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA (OBJETOS PADRONIZADOS)



**MODALIDADES
DE
LICITAÇÃO:**

- a) CONCORRÊNCIA
- b) PREGÃO

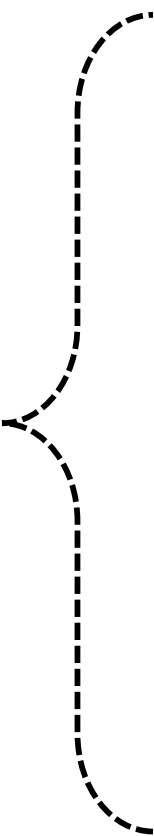
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- a) REGRA – MENOR PREÇO
- b) EXCEÇÃO – TÉCNICA E PREÇO
- c) MAIOR DESCONTO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NÃO SE CONFUNDE COM CONTRATO



FORMALIZAÇÃO DA ARP

- 
- a) APROVAÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA;
 - b) ASSINATURA DA ATA;
 - c) PUBLICAÇÃO DO EXTRATO.

ADESÃO À ATA DE RP

APELIDADE DE CARONA, É O PROCEDIMENTO POR MEIO DO QUAL UM ÓRGÃO QUE NÃO TENHA PARTICIPADO DA LICITAÇÃO QUE DEU ORIGEM À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ADERE A ELA E VALE-SE DELA COMO SE SUA FOSSE.

CONTRATO ADMINISTRATIVO
DECORRENTE DE ATA DE
REGISTRO DE PREÇOS



**MUITO
OBRIGADO!**